



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

EDITAL **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022/PMNSS/NS SOCORRO**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, com sede localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, através de sua Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, juntamente com seus partícipes: **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, CNPJ - MF sob o nº 03.598.106/0001-27, **Secretaria Municipal da Assistência Social**, através do **Fundo Municipal de Assistência Social**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, através do Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ sob o nº nº 06.113.056/0001-39, **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0010-49, por intermédio de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 29 de 04 de janeiro de 2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRONICA Nº 27/2022/PMNSS/NS SOCORRO**, do **TIPO MENOR PREÇO** objetivando a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de Registro de Preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs 509/2007, 17.350/2018 e 19.768/2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.1. 1.1. O certame será realizado através do site www.licitanet.com.br, nas datas e horários indicados a seguir:

Abertura das propostas: às 09h:00min do dia **30/06/2022** (trinta de junho e dois mil e vinte e dois) - horário de Brasília;

Início da sessão de disputa de preços: às 09h:30min do dia **30/06/2022** (trinta de junho e dois mil e vinte e dois) - horário de Brasília;

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de Registro de Preço**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço mensal, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às Especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados nos respectivos Orçamentos de 2022/2023, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente.



4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.** Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal licitanet, por meio do sítio www.licitanet.com.br.
- 4.2.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 4.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 4.5.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;
- 4.6.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema www.licitanet.com.br;
- 5.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 5.3. Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeira a participar de procedimento licitatório. (Acórdão nº 1201/2020-TCU-Plenário).**
- 5.4.** Será admitida a participação de empresas consorciadas por meio de mais de um consórcio e/ ou isoladamente para o mesmo item, inclusive na condição de subcontratação de outra empresa/consórcio participante.
- 5.5.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 5.5.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.5.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.5.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.5.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.5.5.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1.** Os licitantes deverão enviar/anexar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, carta proposta (**conforme Modelo - anexo V do edital**) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessas documentações.
- 6.1.1.** A documentação de habilitação **preferencialmente** deverá ser apresentada, sob a forma de autenticação digital, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.
- 6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.licitanet.com.br até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6.1. As propostas omissas serão reputadas válidas pelo prazo indicado neste subitem;

7.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, a seguinte **Declaração online**, fornecida pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

7.7.1. Devidos fins legais Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que para os, sem prejuízos das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

7.7.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.8. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 21** deste Edital.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre aPregoeira e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor ***mensal***.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (um real)**.

8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual registrado, vedada a identificação do licitante.



8.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico **www.licitanet.com.br**.

8.22. O Critério de julgamento adotado será o menor preço mensal, conforme definido neste Edital e seus anexos **I e V**.

8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

8.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda a primeira hipótese.

8.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, quando o licitante terá o prazo de **30 (trinta) minutos para aceitação**, podendo ser acompanhado pelos demais licitantes.

8.32. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.33. A Pregoeira quando necessário convocará o licitante no chat, para assumir o 2º ou demais colocados, ou negociar redução de valor, o mesmo terá o prazo de **30 (trinta) minutos** para responder no chat.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado



para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 19.768/2019.

9.2. Será **DECLASSIFICADA** a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos serviços ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9.1. A pregoeira convocará **no chat** o próximo classificado, o qual deverá responder no prazo de **30 (trinta) minutos**, quanto a sua aceitação.

9.10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das



condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de prestação de serviço similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02(duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. Habilitação jurídica:

10.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



10.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CGC ou CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº. 8.666/93);

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);

10.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):

10.3.3.1. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: **Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pela Secretaria da Receita Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº.3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 1, de 19/05/2006; **Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante; e **Municipal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

10.3.4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93);

10.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943." (NR).

10.3.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira.

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. No caso de o documento



mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão, (Art. 31 II da Lei nº. 8.666/93).

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, e prazos com objeto da licitação, (Art. 30, II, Lei nº. 8.666/93)

10.5.2. A comprovação de aptidão referida no item acima será comprovada mediante à apresentação de **atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.5.3. comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante cópia de Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização para a prestação de Telefonia Móvel, outorgada pelo poder concedente (ANATEL) nos termos da legislação em vigor, ou cópia do extrato de sua publicação em Diário Oficial da União.

10.6. Das Declarações:

10.6.1. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias – **Modelo Anexo II;**

10.6.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores **Modelo Anexo III;**

10.6.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição – Modelo Anexo IV;

10.6.4. Que possui condições operacionais necessárias de operacionalizar os serviços decorrentes da contratação, em conformidade com as políticas de telefonia móvel, comerciais e financeiras vigentes – **Modelo Anexo VI.**

10.6.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10.7. Da comprovação da condição de ME/EPP:

10.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, que fizerem uso da prerrogativa constante da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante Certidão expedida pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 3º da Instrução Normativa nº 36, de 02 de março de 2017, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, emitida no ano vigente.

10.7.1.1. A indicação do campo "sim" no sistema para o uso da prerrogativa de ME/EPP não produzirá efeito se não acompanhado da Certidão exigida no item 10.7.1.

10.8. Demais Disposições:

10.8.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.8.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.8.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.8.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.8.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA (ADEQUADA)

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, vinculam a Contratada.

11.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, registrar no sistema eletrônico sua intenção de recorrer, **em até 10(dez) minutos**, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar os memoriais dos recursos.

12.2. Manifestada a intenção de interpor recurso por qualquer dos licitantes, ficarão os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo **03(três) dias**, contado a partir do término do prazo dorecorrente.

12.3. Não serão recebidos recursos imotivados ou insubsistentes.

12.4. A falta de manifestação do licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

12.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.7. Os memoriais dos recursos e das contrarrazões **deverão ser encaminhadas preferencialmente para o e-mail: licitacao.eleto@gmail.com.**

12.7.1. Facultativamente, os documentos poderão ser dirigidos a Pregoeira responsável por esta licitação, mediante registro no Setor de Protocolo e Autuação, situado na Rua Antonio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na documentação apresentada pelo licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO E VIGÊNCIA

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite do contrato firmado com, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta



e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 50 do Decreto Municipal nº 19.768/2020.

16.7. O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do prestação de serviço.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

16.8. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura, podendo por interesse da administração ser prorrogado por termo aditivo, observando o limite estabelecido no inciso II do Art.57 da Lei nº 8.666/93.

16.9. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e, no caso de Sistema de Registro de Preços, observado o cadastro reserva, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções, (art. 49 do Decreto Municipal 19.768).

17. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

17.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata;

17.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93, redação dada pelo Art. 17 do Decreto Municipal Nº 16.613/2018;

17.3. A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido em consonância com o art. 73, I da Lei nº 8.666/93.

18.1.1. A futura contratada se responsabilizará pela execução dos serviços a qual deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho e com ordem de serviço;

18.1.2. Os serviços serão executados no prazo de 12 (doze) meses consecutivos, mediante solicitação do órgão com emissão da ordem de serviço, de acordo com as disposições constantes neste Projeto Básico.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.1.1 - Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distancia Internacional, além de aluguel de PABX, através de um Sistema Integrado de Telefonia;

19.1.1.2 - ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

19.1.1.2.1. - Correspondem a acessos ao STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) através de circuitos E1 com sinalização R2 Digital com 30 acessos simultâneos;

19.1.1.2.2. - Juntamente aos entroncamentos digitais deverão ser fornecidas faixas de ramais DDR - Discagem Direta a Ramal em módulos de 50 ramais.



19.1.1.2.3.- Estes entroncamentos digitais devem ser integrados entre si;

19.1.1.2.4. - Entende-se por integração a ligação gratuita a partir dos ramais associados entroncamentos digitais pertencentes ao grupo da PREFEITURA podendo ou não utilizar discagem abreviada depender dos recursos do PABX;

19.1.1.2.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de longa Distância Internacional originadas nos Entroncamentos digitais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas conforme preços da Tabela de Preços.

19.1.1.3 - REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DA REDE DE VOZ

19.1.1.3.1 - A PREFEITURA necessita contratar uma comunicação ágil, moderna e de baixo custo. Com esse objetivo, faz-se necessário aderir a ata de registro de preço para os serviços de STFC, conforme características abaixo.

19.1.1.3.2 - Definições Importantes:

19.1.1.3.2.1. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante do Planejamento Pública Federal indireta, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

19.1.1.3.2.2. Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais,

19.1.1.4. Destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

19.1.1.4.1. Área Local: Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos. Onde é prestado o STFC na modalidade local.

19.1.1.4.2. Telefonia Local: Serviços de telecomunicações por meio do transmissão de voz e do outros sinais destinam-se a comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local.

19.1.1.4.5. Área da tarifação básica - ATB: Parte da área local dentro do qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços do sua escolha, sem valores adicionais para atendimento.

19.1.1.4.6. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: Empresa outorgada ou autorizada a prestar serviço telefônico fixa comutada nas modalidades local, nacional ou interacional.

19.1.1.4.7. Perfil do Tráfego: Quantitativo médio mensal estimado com minutos de ligações efetuadas em função do horário o das localidades do destino do maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

19.1.1.4.8. Distancia Geodésica: É a menor distancia entre dois pontos possíveis de serem percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distancia entro o Brasil e o Japão e uma linha reta, porem um avião não pede fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível do ser realizado é uma curva chamada geodésica.

19.1.1.4.9. Código de Área: identificação do uma área de numeração fechada de rede pública de telecomunicações ou de acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo o formato é {AB}. Exemplo: Estado de Sergipe — 79, Estado de Alagoas, — 82 Estado da Bahia - 71;

19.1.1.4.10. Índice de Serviços de Telecomunicações - IST: Índice normatizado pela Resolução nº 420 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização dos valores associados a prestação de serviços de telecomunicações.

19.1.1.4.11. Discagem Direta Gratuita — DDG {0800}: Serviços de telecomunicações que permite o recebimento de chamadas com inversão de tarifação em o receptor e não o originador arcar com os .

19.1.1.4.12. Unidade do Resposta Audível - URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática das chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma. Através da interpretação automática das opções discadas polo usuário chamador através do teclado do telefone.

19.1.1.5. CENTRAL TELEFÔNICA DO TIPO PABX



19.1.1.5.1. Locação de central telefônica do tipo PABX digital de comutação temporal CPCT / CPA-T, para aparelhos telefônicos analógicos e digitais, com instalação e manutenção, conforme as especificações contidas neste projeto:

- Tipos de PABX por quantidade de Links, Troncos e Ramais:

Tipo de PABX	Tronco Digital -R2D 30 canais	Ramais Analógicos	Ramal Digital
Avançado	01	50	04

* Os troncos digitais deverão ser bidirecionais, através do entroncamento digital R2D ou ISBN;

* As chamadas dentro da fila de espera deveram obedecer ao critério "FIFO"[First In, First Out} significa primeiro a entrar, primeiro a sair) refere-se a estruturas de dados do tipo fila.

* Não será permitida a interligação de mais de uma central para se chegar a esta capacidade indicada na tabela de características de PABX;

19.1.1.6. TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS CONVENCIONAIS

19.1.1.6.1. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital e seus anexos.

19.1.1.6.2. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital o seus anexos.

19.1.1.6.3. Os Terminais Individuais Convencionais devem possuir as seguintes características mínimas:

19.1.1.6.4. Estas linhas visam a interligação de usuários individuais à rede pública de telefonia;

19.1.1.6.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional originadas nos Terminais Fixos Individuais Convencionais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas.

19.1.1.7. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LOCAL

19.1.1.7.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado {STFC - LOCAL}. Que é constituído por ligações locais do tipo fixo-fixo o fixo móvel, será tarifado conforme detalhado na tabela de preço;

19.1.1.8. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL.

19.1.1.8.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC - LDN) devesse possuir as seguintes características:

19.1.1.8.2. Ligações originadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em todo o território nacional até para outros países.

19.1.1.8.3. Serviço executado predominantemente nos dias úteis, no horário de 08h às 18h.

19.1.1.9. - SERVIÇO DE 0800

19.1.1.9.1. Contratação da prestação do serviço de telecomunicações por meio de transmissão de voz e do outros sinais,

19.1.1.9.2. Contratação da prestação de serviço telefônico fixa comutada - STFC, na modalidade DDG - Discagem Direta Gratuita, utilizando o prefixo 0800, no sistema da tarifação reverso, para possibilitar o recebimento de Ligações telefônicas locais fixo ou interurbanas (fixo-interestadual) destinadas ao serviço de tele atendimento da CONTRATANTE. O valor mensal, correspondente a minutagem. Será pago a CONTRATADA na conformidade das ligações efetivamente recebidas pela CONTRATADA;

19.1.1.9.3. Estimativa do tráfego em 30.000 minutos/mês, sendo pagas, exclusivamente, as ligações efetivamente recebidas;

19.1.1.9.4. As ligações serão recebidas 24(vinte e quatro) horas por dia durante 07(sete) dias por semana todos os dias do mês, devendo ser assegurado um nível de disponibilidade de 99.98%, tempo máximo de reparo em 08 (oito) horas desde que haja o redirecionamento das chamadas realizadas para o número 0800 o assistência técnica

19.1.1.9.5. Disponível através do número 0800 Abrangência intra-estadual Prazo de 60 sessenta dias para implantação.

19.1.1.9.6. Restrição de área de abrangência - Permitindo a CONTRATANTE restringir as áreas para a qual não desejada receber chamadas (restringir as áreas das quais não poderão ser recebidas,



chamadas podendo os usuários originadores destas ligações. Receber as mensagens gravadas com as informações pertinentes).

19.1.1.9.7. Restrição de celular - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas em terminais moveis;

19.1.1.9.8. Restrições de acesso por telefone de uso público - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas de telefone público;

19.1.1.9.9. Re encaminhamento de chamadas CO, LO e/ou NR • Permitindo à CONTRATANTE que em caso de Congestionamento (CO), Linha Ocupada {LO} ou Não Responde (N R), as chamadas sejam direcionadas para outro ponto do atendimento.

19.1.1.9.10. Identificação do número originador da chamada (identifica o número da chamada realizada na forma DDD + prefixo + MCDU - milhar, centena, dezena e unidade).

19.1.1.9.11. Mensagens padronizadas (apresentam informações aos usuários que Iligam para o 0800, antes que a ligação seja atendida pela CONTRATANTE, como por exemplo, horário de atendimento).

19.1.1.9.12. Agendamento por horário. Data, origem e dia da semana: permita a CONTRATANTE definir o local do atendimento das chamadas em função da hora. Data, origem do ligação ou dia da semana.

19.1.1.10. - NÍVEIS DE SERVIÇOS

19.1.1.10.1. A perda de chamadas na central de atendimento do CONTRATANTE deve ser inferior a 5% (cinco por cento) quando o trafego não ultrapassar o valor máximo de trafego permitido na "Hora do Maior Movimento — HMM".

19.1.1.10.2. Entende-se, perda de chamadas como a somatória de Linha Ocupada (LO), Não Responde (NR) o Congestionamento (CO).

19.1.1.10.3. Deve ser considerado o valor máximo de tráfego permitido na 'Hora de Maior Movimento — HMM' como a soma do tráfego estipulado para o serviço DDG 0800 com o valor do tráfego local.

19.1.1.10.4. Caso esse nível de serviço para a central de atendimento não seja verificado. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE sobre a necessidade do ampliação da capacidade do atendimento do 0800.

19.1.1.10.5. O serviço de telefonia deverá estar do acordo com as normas da ANATEL.

19.1.1.10.6. O encaminhamento das chamadas deverá ser feito da maneira que o usuário receba sinais audíveis, facilmente identificáveis e com significados nacionalmente padronizados pela ANATEL.

19.1.1.10.7. As ligações deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão. Em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, na ordem do 1% (um por cento).

19.1.1.10.8. O atendimento das solicitações de reparo deverá se dá em até 8 (oito) horas. Contadas a partir de sua solicitação.

19.1.1.11. FACILIDADES FUNCIONAIS OBRIGATORIAS

19.1.1.11.1. Todas as facilidades do sistema deverão ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, com exceção das facilidades exclusivas dos ramais digitais;

19.1.1.11.2. Permitir Discagem Direta ao Ramal (DDR), conforme Prática ANATEL 220.600.725;

19.1.1.11.3. Para as chamadas em espera, os sistemas CPCTs deverão ter condições de enviar música e mensagens orientativas;

19.1.1.11.4. Permitir bloqueio de chamadas a cobrar DDC e DLC por ramais;

19.1.1.11.5. Possuir Siga-me externo;

19.1.1.11.6. Permitir Bloqueio de chamadas DDD, DDI, 0900,900,0300 e celular por ramais;

19.1.1.11.7. Permitir Captura de chamadas nos ramais individuais e em grupo;

19.1.1.11.8. O sistema deve suportar a função BINA;

19.1.1.11.9. Permitir Consulta e transferida;

19.1.1.11.10. Permitir Re-chamada;

19.1.1.11.11. Permitir Desvio de ramal;

19.1.1.11.12. Permitir Intercalação de chamadas programáveis;

19.1.1.11.13. Possuir Cadeado eletrônico;



- 19.1.1.11.14.** A facilidade de conferência deve suportar 04 grupos com até 08 participantes por grupo;
- 19.1.1.11.15.** Possuir Correio de voz;
- 19.1.1.11.16.** Permitir Plano de numeração flexível;
- 19.1.1.11.17.** A CPCT deve suportar que Bilhetagem automática das chamadas a através de porta RS232 e através de porta Ethernet integrada, não sendo aceito nenhum tipo de adaptadores;
- 19.1.1.11.18.** Possuir função Chefe - secretária;
- 19.1.1.11.19.** Permitir Retenção e estacionamento das chamadas;
- 19.1.1.11.20.** Possuir a função Siga-me por não atender ou por ocupado;
- 19.1.1.11.21.** Permitir a formação de grupos de atendimento;
- 19.1.1.11.22.** Todas as CPCT ofertadas deverão ser do mesmo fabricante e possuir o mesmo sistema operacional, plataforma, e ser da mesma 'família.

19.1.1.12. TRAFEGO I ENTRONCAMENTO:

19.1.1.12.1. O entroncamento entre os sistemas com a rede pública, deverá ser através de Juntões Digitais Bidirecionais {30 canais}. Com sinalização R20;

19.1.1.13. REQUISITOS MÍNIMOS DE OPERAÇÃO:

- 19.1.1.13.1.** A manutenção corretiva deverá ser realizada em no máximo 6 horas após a abertura do chamado.
- 19.1.1.13.2.** A manutenção corretiva, realizada mediante chamado técnico, consiste na eliminação de eventuais falhas e/ou defeitos dos Equipamentos, compreendendo, inclusive. A substituição de peças ou componentes de qualquer natureza. Toda e qualquer manutenção realizada será de responsabilidade da CONTRATADA;
- 19.1.1.13.3.** Os serviços de manutenção corretiva, serão prestados sem solução de descontinuidade da operação dos equipamentos, em qualquer dia e hora que forem solicitados;
- 19.1.1.13.4.** Em nenhuma hipótese a manutenção corretiva deixará de ser executada, mesmo que o problema tenha sido causa do por falha humana ou de responsabilidade da CONTRATANTE;

19.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 19.2.1.** Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Projeto Básico, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas.
- 19.2.2.** Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pela CONTRATANTE.
- 19.2.3.** Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo consultor designado pela CONTRATADA.
- 19.2.4.** Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como Fiscais do Contrato e realizar a gestão contratual através do servidor designado como Gestor do Contrato, que aplicará as sanções administrativas quando cabíveis, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.
- 19.2.5.** Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme ad. 67 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.
- 19.2.6.** Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, e no caso de cobrança indevida, a CONTRATANTE poderá glosar os valores que considerados em desacordo com o contrato. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do prestação de serviço. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de Serviço, com o



respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS.

20.1.1 Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 20.1 com a validade expirada, aplicar-se-á o disposto na Resolução nº 300/2016/TCE/SE;

20.2. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

20.4. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

20.5. Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da Ata de Registro de Preços, Contrato ou instrumento equivalente, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

21. DA ADESÃO

21.1. Durante sua vigência, esta Ata de Registro de Preços, desde que devidamente justificada, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, firmando-se o Termo de Anuência, conforme Anexo III do Edital, parte integrante deste instrumento.

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de Adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços- ARP, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do prestação de serviço decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ARP assumidas com o órgão gerenciador, Secretaria ou Autarquia Municipal.

21.4. As aquisições a que se refere esta cláusula não poderão exceder, a totalidade dos quantitativos dos itens deste instrumento e registrados nesta ARP.

21.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ARP.

21.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação que rege as licitações, sendo assegurado ao beneficiário desta ARP à preferência de contratação em igualdade de condições.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, e art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.



Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

22.2. A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

22.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da prestação de serviço ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

§ 2º - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

§ 3º - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 4º - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

22.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, conforme disposto no art. 11 inciso II do Decreto Municipal 16.613/2018.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.3.1. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizado acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal nº 16.613/2018.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até **03 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.eletro@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.

24.2. Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois)** dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até **03 (três) dias** úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.5. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

24.6.2. As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio www.licitanet.com.br, para conhecimento dos interessados.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos sites www.licitanet.com.br e www.socorro.se.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.12.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

25.12.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

25.12.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores.

25.12.5. ANEXO V - Modelo da Proposta Comercial

25.12.6. ANEXO VI – Modelo De Declaração De Condições Operacionais

25.12.7. ANEXO VII- Minuta de Ata de Registro de Preços.

25.12.8. ANEXO VIII– Termo de Anuência.

25.12.9. ANEXO IX – Modelo de Contrato

Nossa Senhora do Socorro/SE, 09 de junho de 2022.

Maria de Fátima Alves da Silva
Pregoeira/PMNSS



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de registro de preço.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 - Obter a prestação de serviços de telefonia fixa, com vantagens financeiras para o erário, com vistas à economia de escala, através de valores tarifários diferenciados e padronizados. Objetivando o princípio da economicidade.

2.2 - Uniformizar a política de preços dos serviços de telefonia praticada deste segmento.

2.3 - Estruturar, padronizar e ampliar toda a área de Telecomunicações dentro da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO na parte do hardware, software, comunicação de voz e serviços de valor agregado, para obter um crescimento proporcional, junto com a demanda de serviços e acessos.

2.4 - Estabelecer um modelo de prestação de serviços de telecomunicações que disponibilize facilidades e meios de comunicação Intra Órgão/Entidades da PREFEITURA que reduzam os custos referentes ao seu trafego.

2.5 - Agilizar a prestação dos serviços de telefonia, mediante atendimento das especificações técnicas o de prazos exigidos pela PREFEITURA.

2.6 - Eliminar investimentos em aquisições de infraestrutura e tecnologia, tais como equipamentos, atualização tecnológica e manutenção de equipamentos;

2.7 - Identificar a responsabilidade de cada órgão e entidade que compõe a PREFEITURA, frente ao consumo racional do servidor de telefonia.

2.8 - Permitir a criação de contas específica para cada unidade consumidora (órgão do Planejamento Direto e Indireto) pertencente à PREFEITURA.



3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD
01	Assinatura de entroncamento digital (30 Canais)	Acesso	5
02	Assinatura de Modulo DDR50 Ramais	Modulo	8
03	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	6
04	Assinatura de linha analógica - 150minutos	Linha	100
05	Assinatura serviço 0800 Abrangência Nacional	Linha	4
06	Assinatura de facilidades de serviço 0800	Linha	4
07	Acesso E1 - Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	20000
08	Acesso E1 - Trafego local - Móvel - VC1	Minuto	20000
09	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	10000
10	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	10000
11	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	15000
12	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	15000
13	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	9000
14	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	9000
15	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	30000
16	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	30000
17	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	9000
18	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	9000
19	Serviço 0800 Trafego local - Fixo	Minuto	4000
20	Serviço 0800 Trafego local - Móvel	Minuto	4000



4. DESCRIÇÃO E DETALHE DO SERVIÇO

4.1 - Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, além de aluguel de PABX, através de um Sistema Integrado de Telefonia;

4.2 - ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

4.2.1 - Corresponde a acessos ao STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) através de circuitos E1 com sinalização R2 Digital com 30 acessos simultâneos;

4.2.2 - Juntamente aos entroncamentos digitais deverão ser fornecidas faixas de ramais DDR - Discagem Direta a Ramal em módulos de 50 ramais.

4.2.3 - Estes entroncamentos digitais devem ser integrados entre si;

4.2.4 - Entende-se por integração a ligação gratuita a partir dos ramais associados entroncamentos digitais pertencentes ao grupo da PREFEITURA podendo ou não utilizar discagem abreviada depender dos recursos do PABX;

4.2.5 Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de longa Distância Internacional originadas nos Entroncamentos digitais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas conforme preços da Tabela de Preços.

4.3 - REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DA REDE DE VOZ

4.3.1 - A PREFEITURA necessita contratar uma comunicação ágil, moderna e de baixo custo. Com esse objetivo, faz-se necessário aderir a ata de registro de preço para os serviços de STFC, conforme características abaixo.

4.3.2 - Definições Importantes:

4.3.2.1 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante do Planejamento Pública Federal indireta, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

4.3.2.2 - Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais,

Destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

4.3.2.3 - Área Local: Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos. Onde é prestado o STFC na modalidade local.

4.3.2.4 - Telefonia Local: Serviços de telecomunicações por meio da transmissão de voz e de outros sinais destinam-se a comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local.

4.3.2.5 - Área da tarifação básica - ATB: Parte da área local dentro do qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços do sua escolha, sem valores adicionais para atendimento.

4.3.2.6 - Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: Empresa outorgada ou autorizada a prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou interacional.



4.3.2.7 - Perfil do Tráfego: Quantitativo médio mensal estimado com minutos de ligações efetuadas em função do horário o das localidades do destino do maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

4.3.2.8 - Distancia Geodésica: É a menor distancia entre dois pontos possíveis de serem percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distancia entro o Brasil e o Japão e uma linha reta, porem um avião não pede fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível do ser realizado é uma curva chamada geodésica.

4.3.2.9 - Código de Área: identificação do uma área de numeração fechada de rede pública de telecomunicações ou de acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo o formato é {AB}. Exemplo: Estado de Sergipe — 79, Estado de Alagoas, — 82 Estado da Bahia - 71;

4.3.3 - Índice de Serviços de Telecomunicações - IST: índice normatizado pela Resolução nº 420 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização dos valores associados a prestação de serviços de telecomunicações.

4.3.3.1 - Discagem Direta Gratuita — DDG {0800}: Serviços de telecomunicações que permite o recebimento de chamadas com inversão de tarifação em o receptor e não o originador arcar com os custos da chamada.

4.3.3.2 - Unidade do Resposta Audível - URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática das chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma. Através da interpretação automática das opções discadas pelo usuário chamador através do teclado do telefone.

4.4 - CENTRAL TELEFÔNICA DO TIPO PABX

4.4.1 - Locação de central telefônica do tipo PABX digital de comutação temporal CPCT / CPA-T, para aparelhos telefônicos analógicos e digitais, com instalação e manutenção, conforme as especificações contidas neste projeto:

- Tipos de PABX por quantidade de Links, Troncos e Ramais:

Tipo de PABX	Tronco Digital -R2D 30 canais	Ramais Analógicos	Ramal Digital
Avançado	01	50	04

* Os troncos digitais deverão ser bidirecionais, através do entroncamento digital R2D ou ISBN;

* As chamadas dentro da fila de espera deveram obedecer ao critério "FIFO"[First In, First Out} significa primeiro a entrar, primeiro a sair) refere-se a estruturas de dados do tipo fila.

* Não será permitida a interligação de mais de uma central para se chegar a esta capacidade indicada na tabela de características de PABX;

4.5 - TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS CONVENCIONAIS

4.5.1 - Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital e seus anexos.

4.5.2 - Correspondem a Iinhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital o seus anexos.

4.5.3 - Os Terminais Individuais Convencionais devem possuir as seguintes características mínimas:



4.5.4 - Estas linhas visam a interligação de usuários individuais à rede pública de telefonia;

4.5.5 - Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional originadas nos Terminais Fixos Individuais Convencionais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas.

4.6 - SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LOCAL

4.6.1 - O Serviço Telefônico Fixo Comutado {STFC - LOCAL}. Que é constituído por ligações locais do tipo fixo-fixo o fixo móvel, será tarifado c onforme detalhado na tabela de preço;

4.7 - SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

4.7.1 - O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC - LDN) deveser possuir as seguintes características:

4.7.2 - Ligações originadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em todo o território nacional até para outros países.

4.7.3 - Serviço executado predominantemente nos dias úteis, no horário de 08h às 18h.

4.8 - SERVIÇO DE 0800

4.8.1 - Contratação da prestação do serviço de telecomunicações por meio de transmissão de voz e do outros sinais,

4.8.2 - Contratação da prestação de serviço telefônico fixa comutada - STFC, na modalidade DDG - Discagem Direta Gratuita, utilizando o prefixo 0800, no sistema da tarifação reverso, para possibilitar o recebimento de Ligações telefônicas locais fixo ou interurbanas (fixo-interestadual) destinadas ao serviço de tele atendimento da CONTRATANTE. O valor mensal, correspondente a minutagem. Será pago a CONTRATADA na conformidade das ligações efetivamente recebidas pela CONTRATADA;

4.8.3 - Estimativa do trafego em 30.000 minutos/mês, sendo pagas, exclusivamente, as ligações efetivamente recebidas;

4.8.4 - As ligações serão recebidas 24(vinte e quatro) horas por dia durante 07(sete) dias por semana todos os dias do mês, devendo ser assegurado um nível de disponibilidade de 99.98%, tempo máximo de reparo em 08 (oito) horas desde que haja o redirecionamento das chamadas realizadas para o número 0800 o assistência técnica

4.8.5 - Disponível através do número 0800 Abrangência intra-estadual Prazo de 60 sessenta dias para implantação.

4.8.6 - Restrição de área de abrangência – Permitindo a CONTRATANTE restringir as áreas para a qual não desejada receber chamadas (restringir as áreas das quais não poderão ser recebidas, chamadas podendo os usuários originadores destas ligações. Receber as mensagens gravadas com as informações pertinentes).

4.8.7 - Restrição de celular - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas em terminais moveis;

4.8.8 - Restrições de acesso por telefone de uso público - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas de telefone público;



4.8.9 - Re encaminhamento de chamadas CO, LO e/ou NR • Permitindo à CONTRATANTE que em caso de Congestionamento (CO), Linha Ocupada {LO} ou Não Responde (N R), as chamadas sejam direcionadas para outro ponto do atendimento.

4.8.10 - Identificação do número originador da chamada (identifica o número da chamada realizada na forma DDD + prefixo + MCDU - milhar, centena, dezena e unidade).

4.8.11 - Mensagens padronizadas (apresentam informações aos usuários que Iligam para o 0800, antes que a ligação seja atendida pela CONTRATANTE, como por exemplo, horário de atendimento).

4.8.12 - Agendamento por horário. Data, origem e dia da semana: permita a CONTRATANTE definir o local do atendimento das chamadas em função da hora. Data, origem do ligação ou dia do semana.

4.9 - NÍVEIS DE SERVIÇOS

4.9.1 - A perda de chamadas na central de atendimento do CONTRATANTE deve ser inferior a 5% (cinco por cento) quando o trafego não ultrapassar o valor máximo de trafego permitido na "Hora do Maior Movimento — HMM".

4.9.2 - Entende-se, perda de chamadas como a somatória de Linha Ocupada (LO), Não Responde (NR) o Congestionamento (CO).

4.9.3 - Deve ser considerado o valor máximo de tráfego permitido na 'Hora de Maior Movimento — HMM' como a soma do tráfego estipulado para o serviço DDG 0800 com o valor do tráfego local.

4.9.4 - Caso esse nível de serviço para a central de atendimento não seja verificado. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE sobre a necessidade do ampliação da capacidade do atendimento do 0800.

4.9.5 - O serviço de telefonia deverá estar do acordo com as normas da ANATEL.

4.9.6 - O encaminhamento das chamadas deverá ser feito da maneira que o usuário receba sinais audíveis, facilmente identificáveis e com significados nacionalmente padronizados pela ANATEL.

4.9.7 - As ligações deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão. Em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, na ordem do 1% (um por cento).

4.9.8 - O atendimento das solicitações de reparo deverá se dá em até 8 (oito) horas. Contadas a partir de sua solicitação.

5. FACILIDADES FUNCIONAIS OBRIGATORIAS

5.1 - Todas as facilidades do sistema deverão ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, com exceção das facilidades exclusivas dos ramais digitais;

5.2 - Permitir Discagem Direta ao Ramal (DDR), conforme Prática ANATEL 220.600.725;

5.3 - Para as chamadas em espera, os sistemas CPCTs deverão ter condições de enviar música e mensagens orientativas;

5.4 - Permitir bloqueio de chamadas a cobrar DDC e DLC por ramais;



-
- 5.5 - Possuir Siga-me externo;
- 5.6 - Permitir Bloqueio de chamadas DDD, DDI, 0900,900,0300 e celular por ramais;
- 5.7 - Permitir Captura de chamadas nos ramais individuais e em grupo;
- 5.8 - O sistema deve suportar a função BINA;
- 5.9 - Permitir Consulta e transferida;
- 5.10 - Permitir Re-chamada;
- 5.11 - Permitir Desvio de ramal;
- 5.12 - Permitir Intercalação de chamadas programáveis;
- 5.13 - Possuir Cadeado eletrônico;
- 5.14 - A facilidade de conferência deve suportar 04 grupos com até 08 participantes por grupo;
- 5.15 - Possuir Correio de voz;
- 5.16 - Permitir Plano de numeração flexível;
- 5.17 - A CPCT deve suportar que Bilhetagem automática das chamadas a através de porta RS232 e através de porta Ethernet integrada, não sendo aceito nenhum tipo de adaptadores;
- 5.18 - Possuir função Chefe - secretária;
- 5.19 - Permitir Retenção e estacionamento das chamadas;
- 5.20 - Possuir a função Siga-me por não atender ou por ocupado;
- 5.21 - Permitir a formação de grupos de atendimento;
- 5.22 - Todas as CPCT ofertadas deverão ser do mesmo fabricante e possuir o mesmo sistema operacional, plataforma, e ser da mesma 'família.
- 5.23 - TRAFEGO I ENTRONCAMENTO:
- 5.23.1 - O entroncamento entre os sistemas com a rede pública, deverá ser através de Juntores Digitais Bidirecionais {30 canais}. Com sinalização R20;

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE OPERAÇÃO:

- 6.1 - A manutenção corretiva deverá ser realizada em no máximo 6 horas após a abertura do chamado.
- 6.2 - A manutenção corretiva, realizada mediante chamado técnico, consiste na eliminação de eventuais falhas e/ou defeitos dos Equipamentos, compreendendo, inclusive. A substituição de peças ou componentes de qualquer natureza. Toda e qualquer manutenção realizada será de responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.3 - Os serviços de manutenção corretiva, serão prestados sem solução de descontinuidade da operação dos equipamentos, em qualquer dia e hora que forem solicitados;



6.4 - Em nenhuma hipótese a manutenção corretiva deixará de ser executada, mesmo que o problema tenha sido causa do por falha humana ou de responsabilidade da CONTRATANTE;

7. QUANTITATIVO E SERVIÇO POR SECRETARIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Praça Antônio Carlos Valadares – Centro – Nossa Sr^a do Socorro - SE)			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID
01	Assinatura de entroncamento digital (30 Canais)	Acesso	1
02	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	1
03	Assinatura de linha analógica - 150minutos	Linha	20
04	Assinatura serviço 0800 Abrangência Nacional	Linha	1
05	Assinatura de facilidades de serviço 0800	Linha	1
06	Acesso E1 - Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
07	Acesso E1 - Trafego local - Móvel – VC1	Minuto	5000
08	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	2500
09	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	2500
10	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	2500
11	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	2500
12	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	1500
13	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	1500
14	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
15	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	5000
16	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	1500
17	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	1500
18	Serviço 0800 Trafego local - Fixo	Minuto	2000
19	Serviço 0800 Trafego local - Móvel	Minuto	2000



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Rua Nossa Senhora de Fatima, N40 – Centro – Nossa Sr^a do Socorro-SE)			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID
01	Assinatura de entroncamento digital (30 Canais)	Acesso	1
02	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	1
03	Assinatura de linha analógica – 150minutos	Linha	20
04	Acesso E1 - Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
05	Acesso E1 - Trafego local - Móvel – VC1	Minuto	5000
06	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	2500
07	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	2500
08	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	2500
09	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	2500
10	Linhas individuais Trafego local LDN - Ligações Fixo - fixo	Minuto	1500
11	Linhas individuais Trafego local LDN - Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	1500
12	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
13	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	5000
14	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	1500
15	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	1500



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Rua Padre Manoel Gomes S/N – Centro Nossa Sr^a do Socorro-SE)			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID
01	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	1
02	Assinatura de linha analógica – 150minutos	Linha	7
08	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	2500
09	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	2500
10	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	1500
11	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	1500
12	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
13	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	5000
14	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	1500
15	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	1500



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

**SUPERINTÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO (SMTT)
(Avenida um, N 30 Conj. João Alves Filho, Nossa Srª do Socorro-SE)**

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID
01	Assinatura de linha analógica - 150minutos	Linha	5
02	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	2500
03	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	2500
04	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	1500
05	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	1500
06	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
07	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	5000
08	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	1500
09	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	1500



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PREFEITURA (DEMAIS SECRETARIAS)
Rua Antônio Valadão S/N – Centro Administrativo – Nossa Srª do Socorro-SE

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID
01	Assinatura de entroncamento digital (30 Canais)	Acesso	3
02	Assinatura de Modulo DDR50 Ramais	Modulo	8
03	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	3
04	Assinatura de linha analógica – 150minutos	Linha	48
05	Assinatura serviço 0800 Abrangência Nacional	Linha	3
06	Assinatura de facilidades de serviço 0800	Linha	3
07	Acesso E1 - Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	10000
08	Acesso E1 - Trafego local - Móvel – VC1	Minuto	10000
09	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	5000
10	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	5000
11	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	5000
12	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	5000
13	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	3000
14	Linhas individuais Trafego local LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	3000
15	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	10000
16	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	10000
17	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	3000
18	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	3000
19	Serviço 0800 Trafego local - Fixo	Minuto	2000
20	Serviço 0800 Trafego local - Móvel	Minuto	2000



8. GARANTIA

8.1 - A garantia total para os equipamentos e periféricos deverá ser incluída no valor do aluguel e válida por um período mínimo de 12 (doze) meses para todos os tipos de PABX.

9. PENALIDADES POR NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

9.1 - Ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

9.2. A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

9.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.



§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

§ 2º - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

§ 3º - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 4º - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

9.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

9.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o Ramo causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. PRAZOS E ATENDIMENTOS

10.1 - As solicitações relativas aos serviços de voz deverão, obrigatoriamente, obedecer a prática do mercado, ou seja, serem atendidas com observância aos prazos regulatórios definidos pela ANATEL, prazos máximos de ativação dos serviços.

Solicitação	Prazo máximo
--------------------	---------------------



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Ativação e Mudança de Endereço de Entroncamentos Digitais	60 dias
Ativação e Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais	30 dias
Ativação e Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais	30 dias

10.2 - Prazos máximos de conclusão dos reparos;

Solicitação	Prazo máximo
Reparo de Entroncamentos Digitais	6 horas
Reparo de Terminais Fixos Individuais Especiais	24 horas
Reparo de Terminais Fixos Individuais Convencionais	24 horas

10.3 - Os prazos serão contados a partir do recebimento pela CONTRATADA do comunicado oficial emitido pelo Gestor do Contrato, através de fax, e-mail ou outra forma que venha a ser convenionada entre os gestores da CONTRATADA e do CONTRATANTE.

10.4 - As eventuais mudanças de endereço dos ramais fixos dentro da Área da Tarifação Básica {ATB} deverão ser executadas pelo fornecedor do serviço, compreendendo inclusive os serviços de rode externa eventualmente necessária.

11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

11.1 - Visando subsidiar a oferta de preços, as estimativas mensais para o DDG, são mostradas nas TABELAS DE MODELOS DE PROPOSTA DE PREÇO. É importante observar que a quantidade e o Perfil de Tráfego indicado não se constituem em qualquer compromisso futuro para a CONTRATANTE, servindo somente como subsidio a CONTRATADA, nas formulações das propostas de preços, e a CONTRATANTE, na aferição da proposta mais vantajosa.

11.2 - Nos preços ofertados para os serviços da TABELA 1. Deverão estar incluídos todos os custos diretos o indiretos. Despesas com salários. Impostos. Taxas, contribuições e encargos sociais necessários a completa prestação dos serviços de telefonia. Nada mais sendo licito pleitear a esse título, de acordo com as planilhas apresentada.

11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

11.1 - Lei Federal n. 8.666/93 e 10.520/2002. As despesas decorrentes para a execução contratual correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

12. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

40043 – Secretaria Municipal da Administração

PROJETO ATIVIDADE:

2129 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas

FONTE DE RECURSO:

1500.00.00 – Recursos não vinculados de impostos

SALDO ORÇAMENTÁRIO:

R\$ 383.634,41 (Trezentos e Oitenta e Três Mil e Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta e Um Centavos)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

41064 – Secretaria Municipal da Saúde



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

PROJETO ATIVIDADE:

412137 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
412133 - Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial
412170 – Incentivo Financeiro da APS-Capitação Ponderada

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas

FONTE DE RECURSO:

1500.00.00 – Recursos não vinculados de impostos

SALDO ORÇAMENTÁRIO: R\$ 188.000,00 (Cento e Oitenta e Oito Mil)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

41065 – Secretaria Municipal da Educação

PROJETO ATIVIDADE:

2202 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas

FONTE DE RECURSO:

1500.1001 – MDE

SALDO ORÇAMENTÁRIO:

R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

46001 – Secretaria Municipal de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE:

2316 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas

FONTE DE RECURSO:

1500.00.00 – Recursos não vinculados de impostos

SALDO ORÇAMENTÁRIO: R\$ 182.000,00 (Cento e Oitenta e dois Mil Reais)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

42055 – Superintendência Municipal de Transporte e Transito

PROJETO ATIVIDADE:

2083 – Manutenção da SMTT

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas

FONTE DE RECURSO:

1500.00.00 – Recursos não vinculados de impostos

SALDO ORÇAMENTÁRIO:

R\$ 85.967,67 (Oitenta e Cinco Mil, Novecentos e Sessenta e Sete Reais e, Sessenta e sete Centavos)

Nossa Senhora do Socorro, SE. 05 de Maio de 2022.

Ermesson Santos Souza

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

APROVO:

Michelle Marry Costa Campos

Secretária Municipal de Assistência Social



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Josevanda Mendonça Franco
Secretária Municipal de Educação

Enock Luiz Ribeiro da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Bruno Henrique Santana Rezende
Superintendente Municipal de Trânsito e Transporte

Vera Lúcia de Oliveira
Secretária Municipal de Administração



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2022/PMNSS

_____ (Razão Social da empresa), com sede na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, declara que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº **XX/2022/PMNSS**

(local e data)

(Nome e assinatura do representante legal ou procurador do licitante)

Observação:

a) a Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa;



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2022/PMNSS

A empresa _____, inscrita no CNPJ _____, por intermédio do seu representante legal _____, declara sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no processo licitatório. Declara-se idônea para licitar e contratar com o Poder Público e não se encontra suspensa do direito de licitar ou contratar com as Administrações Federais, Estaduais ou Municipais, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Localidade, ____ de _____ de _____.

____ (assinatura/carimbo) ____



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/202/PMNSS

A _____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada à _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz - SIM () NÃO ()

_____, de _____ de _____.

Representante legal
(carimbo e assinatura do responsável legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Referência: Edital de Pregão Eletrônico n.º XX/2022/PMNSS

Objeto: _____

Senhor Pregoeiro,

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, estabelecida à _____, para a prestação de serviços, conforme estabelecido no Anexo I – Projeto Básico do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2022/PMNSS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTD	PREÇO ESTIMADO PELO MERCADO	
				PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL MENSAL
01	Assinatura de entroncamento digital (30 Canais)	Acesso	5		
02	Assinatura de Modulo DDR50 Ramais	Modulo	8		
03	Locação Central Telefônica do tipo PABX (Avançado)	Unidade	6		
04	Assinatura de linha analógica - 150minutos	Linha	100		
05	Assinatura serviço 0800 Abrangência Nacional	Linha	4		
06	Assinatura de facilidades de serviço 0800	Linha	4		
07	Acesso E1 - Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	20000		
08	Acesso E1 - Trafego local - Móvel - VC1	Minuto	20000		
09	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - fixo	Minuto	10000		
10	Acesso E1 - LDN -Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	10000		
11	Linhas individuais Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	15000		
12	Linhas individuais Trafego local - Fixo - móvel VC1	Minuto	15000		
13	Linhas individuais Trafego local LDN - Ligações Fixo - fixo	Minuto	9000		
14	Linhas individuais Trafego local LDN - Ligações Fixo - móvel VC2 - VC3	Minuto	9000		



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

15	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Fixo	Minuto	30000		
16	Linhas individuais Especiais -Trafego local - Fixo - Móvel VC1	Minuto	30000		
17	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Fixo	Minuto	9000		
18	Linhas individuais Especiais -Trafego LDN - Fixo - Móvel VC2 - VC3	Minuto	9000		
19	Serviço 0800 Trafego local - Fixo	Minuto	4000		
20	Serviço 0800 Trafego local - Móvel	Minuto	4000		
VALOR TOTAL					
			PREÇO GLOBAL ANUAL		

Valor Total: **R\$** ---- (-----).

*** Deverá informar a operadora que prestará o serviço.

Prazo de validade da presente proposta: (mínimo de 60 dias)

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

OBS.: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS (Modelo)

Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2022/PMNSS/NS SOCORRO

_____ (Razão Social da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da CI nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA**, sob as penas da lei, que possui condições operacionais necessárias de operacionalizar os serviços decorrentes da contratação, em conformidade com as políticas de telefonia móvel, comerciais e financeiras vigentes, para habilitação na licitação nº XX/2022/PMNSS/NS SOCORRO, modalidade Pregão Eletrônico, do Município de Nossa Senhora do Socorro.

_____, _____ de _____ de 2022.

NOME/CARGO



ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Minuta)

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - Nossa Senhora do Socorro/SE, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por seu Prefeito o senhor **Inaldo Luís da Silva**, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____ e portador do R. G. nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Administração, representada por sua Secretária a senhora **Vera Lúcia de Oliveira**, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, portadora do R. G. nº _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, juntamente com os partícipes: **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento - SEMUSA**, através do **Fundo Municipal da Saúde - FMS**, situada na Praça Getúlio Vargas, s/n, centro, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, inscrito no CNPJ sob o nº 06.113.056/0001-39, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Saúde e do Saneamento, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, portador do R. G. nº _____; **Secretaria Municipal da Assistência Social - SEMAS**, através do **Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, situada na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 40, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, neste ato representado pela Secretária Municipal da Assistência Social _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, portadora do R. G. nº _____ e **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, situada na Avenida 1, nº 30, Conjunto João Alves Filho, Bairro Taíçoca, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, neste ato representado pelo Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito _____, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, portador do R.G. _____, **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, situada na Rua Padre Manoel Gomes, s/n, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0010-49, neste ato representado pela Secretária Municipal da Educação _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, portadora do R. G. nº _____; considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2022/PMNSS/SRP/NS SOCORRO** para **Registro de Preços** e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar o preço da empresa, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações, e Decretos Municipais nºs 509/2007 e 16.613/2018, 19.274/2019, 17.350/2018 e 19.768/2020 e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de Registro de Preço**, conforme detalhamentos constantes do **Anexo I** - Termo de Referência, que integra o Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2022/PMNSS/SRP/PMNSS e propostas de preços apresentadas, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto será fornecido mediante a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os Produtos serão fornecidos pelos preços registrados constantes do Anexo I desta Ata.



3.2 Os pagamentos serão efetuados sempre que solicitado, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo fornecedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do prestação de serviço. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de prestação de serviço, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no com a validade expirada, aplicar-se-á o disposto na Resolução nº 300/2016/TCE/SE;

3.3. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

3.6. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da Ata de Registro de Preços, Contrato ou instrumento equivalente, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93, redação dada **pelo Art. 17 do Decreto Municipal nº 16.613/2018;**

4.3. A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no quadro de avisos da sede do município.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas oriundas com o pagamento do referido objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados nos Orçamentos 2022/2023 desta Prefeitura e demais Fundos com dotação suficiente, obedecendo à classificação orçamentária pertinente, estabelecida para o respectivo exercício.

7. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

7.1. Os órgãos demandantes, durante a vigência desta Ata, compromete-se a:

7.1.1. Notificar a(s) fornecedora(s) quanto à requisição do(s) produto(s) mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pela(s) fornecedora (s) sendo que a nota de empenho repassada a fornecedora (s) poderá equivaler a uma ordem de prestação de serviço;

7.1.2. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Projeto Básico, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas.

7.1.3. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pela CONTRATANTE.

7.1.4. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo consultor designado pela CONTRATADA.

7.1.5. Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como Fiscais do Contrato e realizar a gestão contratual através



do servidor designado como Gestor do Contrato, que aplicará as sanções administrativas quando cabíveis, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

7.1.6. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme ad. 67 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

7.1.7. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, e no caso de cobrança indevida, a CONTRATANTE poderá glosar os valores que considerados em desacordo com o contrato. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

7.2. O(s) fornecedor(es), durante a vigência desta Ata, compromete(m)-se a:

7.2.2.1 - Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, além de aluguel de PABX, através de um Sistema Integrado de Telefonia;

7.2.2.1.2 - ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

7.2.2.1.2.1. - Corresponde a acessos ao STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) através de circuitos E1 com sinalização R2 Digital com 30 acessos simultâneos;

7.2.1.2.2. - Juntamente aos entroncamentos digitais deverão ser fornecidas faixas de ramais DDR - Discagem Direta a Ramal em módulos de 50 ramais.

7.2.1.2.3.- Estes entroncamentos digitais devem ser integrados entre si;

7.2.1.2.4. - Entende-se por integração a ligação gratuita a partir dos ramais associados entroncamentos digitais pertencentes ao grupo da PREFEITURA podendo ou não utilizar discagem abreviada depender dos recursos do PABX;

7.2.1.2.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de longa Distância Internacional originadas nos Entroncamentos digitais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas conforme preços da Tabela de Preços.

7.2.1.3 - REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DA REDE DE VOZ

7.2.1.3.1 - A PREFEITURA necessita contratar uma comunicação ágil, moderna e de baixo custo. Com esse objetivo, faz-se necessário aderir a ata de registro de preço para os serviços de STFC, conforme características abaixo.

7.2.1.3.2 - Definições Importantes:

7.2.1.3.2.1. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante do Planejamento Pública Federal indireta, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

7.2.1.3.2.2. Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais,

7.2.1.4. Destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

7.2.1.4.1. Área Local: Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos. Onde é prestado o STFC na modalidade local.

7.2.1.4.2. Telefonia Local: Serviços de telecomunicações por meio do transmissão de voz e do outros sinais destinam-se a comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local.

7.2.1.4.5. Área da tarifação básica - ATB: Parte da área local dentro do qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços do sua escolha, sem valores adicionais para atendimento.

7.2.1.4.6. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: Empresa outorgada ou autorizada a prestar serviço telefônico fixa comutada nas modalidades local, nacional ou interacional.

7.2.1.4.7. Perfil do Tráfego: Quantitativo médio mensal estimado com minutos de ligações efetuadas em função do horário o das localidades do destino do maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

7.2.1.4.8. Distância Geodésica: É a menor distância entre dois pontos possíveis de serem percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distância entre o Brasil e o Japão e uma linha reta, porém um



avião não pede fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível do ser realizado é uma curva chamada geodésica.

7.2.1.4.9. Código de Área: identificação de uma área de numeração fechada de rede pública de telecomunicações ou de acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo o formato é {AB}. Exemplo: Estado de Sergipe – 79, Estado de Alagoas, – 82 Estado da Bahia - 71;

7.2.1.4.10. Índice de Serviços de Telecomunicações - IST: índice normatizado pela Resolução nº 420 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização dos valores associados a prestação de serviços de telecomunicações.

7.2.1.4.11. Discagem Direta Gratuita – DDG {0800}: Serviços de telecomunicações que permite o recebimento de chamadas com inversão de tarifação em o receptor e não o originador arcar com os .

7.2.1.4.12. Unidade do Resposta Audível - URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática das chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma. Através da interpretação automática das opções discadas pelo usuário chamador através do teclado do telefone.

7.2.1.5. CENTRAL TELEFÔNICA DO TIPO PABX

7.2.1.5.1. Locação de central telefônica do tipo PABX digital de comutação temporal CPCT / CPA-T, para aparelhos telefônicos analógicos e digitais, com instalação e manutenção, conforme as especificações contidas neste projeto:

- Tipos de PABX por quantidade de Links, Troncos e Ramais:

Tipo de PABX	Tronco Digital -R2D 30 canais	Ramais Analógicos	Ramal Digital
Avançado	01	50	04

* Os troncos digitais deverão ser bidirecionais, através do entroncamento digital R2D ou ISBN;

* As chamadas dentro da fila de espera deveram obedecer ao critério "FIFO"[First In, First Out} significa primeiro a entrar, primeiro a sair) refere-se a estruturas de dados do tipo fila.

* Não será permitida a interligação de mais de uma central para se chegar a esta capacidade indicada na tabela de características de PABX;

7.2.1.6. TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS CONVENCIONAIS

7.2.1.6.1. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital e seus anexos.

7.2.1.6.2. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital o seus anexos.

7.2.1.6.3. Os Terminais Individuais Convencionais devem possuir as seguintes características mínimas:

7.2.1.6.4. Estas linhas visam a interligação de usuários individuais à rede pública de telefonia;

7.2.1.6.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional originadas nos Terminais Fixos Individuais Convencionais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas.

7.2.1.7. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LOCAL

7.2.1.7.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado {STFC - LOCAL}. Que é constituído por ligações locais do tipo fixo-fixo o fixo móvel, será tarifado conforme detalhado na tabela de preço;

7.2.1.8. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL.

7.2.1.8.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC - LDN) devesse possuir as seguintes características:

7.2.1.8.2. Ligações originadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em todo o território nacional até para outros países.

7.2.1.8.3. Serviço executado predominantemente nos dias úteis, no horário de 08h às 18h.

7.2.1.9. - SERVIÇO DE 0800

7.2.1.9.1. Contratação da prestação do serviço de telecomunicações por meio de transmissão de voz e do outros sinais,



7.2.1.9.2. Contratação da prestação de serviço telefônico fixa comutada - STFC, na modalidade DDG - Discagem Direta Gratuita, utilizando o prefixo 0800, no sistema da tarifação reverso, para possibilitar o recebimento de Ligações telefônicas locais fixo ou interurbanas (fixo-interestadual) destinadas ao serviço de tele atendimento da CONTRATANTE. O valor mensal, correspondente a minutagem. Será pago a CONTRATADA na conformidade das ligações efetivamente recebidas pela CONTRATADA;

7.2.1.9.3. Estimativa do tráfego em 30.000 minutos/mês, sendo pagas, exclusivamente, as ligações efetivamente recebidas;

7.2.1.9.4. As ligações serão recebidas 24(vinte e quatro) horas por dia durante 07(sete) dias por semana todos os dias do mês, devendo ser assegurado um nível de disponibilidade de 99.98%, tempo máximo de reparo em 08 (oito) horas desde que haja o redirecionamento das chamadas realizadas para o número 0800 o assistência técnica

7.2.1.9.5. Disponível através do número 0800 Abrangência intra-estadual Prazo do 60 sessenta dias para implantação.

7.2.1.9.6. Restrição de área de abrangência – Permitindo a CONTRATANTE restringir as áreas para a qual não desejada receber chamadas (restringir as áreas das quais não poderão ser recebidas, chamadas podendo os usuários originadores destas ligações. Receber as mensagens gravadas com as informações pertinentes).

7.2.1.9.7. Restrição de celular - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas em terminais moveis;

7.2.1.9.8. Restrições de acesso por telefone de uso público - Permitindo a CONTRATANTE restringir as chamadas originadas de telefone público;

7.2.1.9.9. Re encaminhamento de chamadas CO, LO e/ou NR • Permitindo à CONTRATANTE que em caso de Congestionamento (CO), Linha Ocupada {LO} ou Não Responde (N R), as chamadas sejam direcionadas para outro ponto do atendimento.

7.2.1.9.10. Identificação do número originador da chamada (identifica o número da chamada realizada na forma DDD + prefixo + MCDU - milhar, centena, dezena e unidade).

7.2.1.9.11. Mensagens padronizadas (apresentam informações aos usuários que ligam para o 0800, antes que a ligação seja atendida pela CONTRATANTE, como por exemplo, horário de atendimento).

7.2.1.9.12. Agendamento por horário. Data, origem e dia da semana: permita a CONTRATANTE definir o local do atendimento das chamadas em função da hora. Data, origem do ligação ou dia do semana.

7.2.1.10. - NÍVEIS DE SERVIÇOS

7.2.1.10.1. A perda de chamadas na central de atendimento do CONTRATANTE deve ser inferior a 5% (cinco por cento) quando o tráfego não ultrapassar o valor máximo de tráfego permitido na "Hora do Maior Movimento – HMM".

7.2.1.10.2. Entende-se, perda de chamadas como a somatória de Linha Ocupada (LO), Não Responde (NR) o Congestionamento (CO).

7.2.1.10.3. Deve ser considerado o valor máximo de tráfego permitido na 'Hora de Maior Movimento – HMM' como a soma do tráfego estipulado para o serviço DDG 0800 com o valor do tráfego local.

7.2.1.10.4. Caso esse nível de serviço para a central de atendimento não seja verificado. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE sobre a necessidade do ampliação da capacidade do atendimento do 0800.

7.2.1.10.5. O serviço de telefonia deverá estar do acordo com as normas da ANATEL.

7.2.1.10.6. O encaminhamento das chamadas deverá ser feito da maneira que o usuário receba sinais audíveis, facilmente identificáveis e com significados nacionalmente padronizados pela ANATEL.

7.2.1.10.7. As ligações deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão. Em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, na ordem do 1% (um por cento).

7.2.1.10.8. O atendimento das solicitações de reparo deverá se dá em até 8 (oito) horas. Contadas a partir de sua solicitação.

7.2.1.11. FACILIDADES FUNCIONAIS OBRIGATORIAS

7.2.1.11.1. Todas as facilidades do sistema deverão ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, com exceção das facilidades exclusivas dos ramais digitais;



- 7.2.1.11.2.** Permitir Discagem Direta ao Ramal (DDR), conforme Prática ANATEL 220.600.725;
- 7.2.1.11.3.** Para as chamadas em espera, os sistemas CPCTs deverão ter condições de enviar música e mensagens orientativas;
- 7.2.1.11.4.** Permitir bloqueio de chamadas a cobrar DDC e DLC por ramais;
- 7.2.1.11.5.** Possuir Siga-me externo;
- 7.2.1.11.6.** Permitir Bloqueio de chamadas DDD, DDI, 0900,900,0300 e celular por ramais;
- 7.2.1.11.7.** Permitir Captura de chamadas nos ramais individuais e em grupo;
- 7.2.1.11.8.** O sistema deve suportar a função BINA;
- 7.2.1.11.9.** Permitir Consulta e transferida;
- 7.2.1.11.10.** Permitir Re-chamada;
- 7.2.1.11.11.** Permitir Desvio de ramal;
- 7.2.1.11.12.** Permitir Intercalação de chamadas programáveis;
- 7.2.1.11.13.** Possuir Cadeado eletrônico;
- 7.2.1.11.14.** A facilidade de conferência deve suportar 04 grupos com até 08 participantes por grupo;
- 7.2.1.11.15.** Possuir Correio de voz;
- 7.2.1.11.16.** Permitir Plano de numeração flexível;
- 7.2.1.11.17.** A CPCT deve suportar que Bilhetagem automática das chamadas a através de porta RS232 e através de porta Ethernet integrada, não sendo aceito nenhum tipo de adaptadores;
- 7.2.1.11.18.** Possuir função Chefe - secretária;
- 7.2.1.11.19.** Permitir Retenção e estacionamento das chamadas;
- 7.2.1.11.20.** Possuir a função Siga-me por não atender ou por ocupado;
- 7.2.1.11.21.** Permitir a formação de grupos de atendimento;
- 7.2.1.11.22.** Todas as CPCT ofertadas deverão ser do mesmo fabricante e possuir o mesmo sistema operacional, plataforma, e ser da mesma 'família.
- 7.2.1.12. TRAFEGO I ENTRONCAMENTO:**
- 7.2.1.12.1.** O entroncamento entre os sistemas com a rede pública, deverá ser através de Juntores Digitais Bidirecionais {30 canais}. Com sinalização R20;
- 7.2.1.13. REQUISITOS MÍNIMOS DE OPERAÇÃO:**
- 7.2.1.13.1.** A manutenção corretiva deverá ser realizada em no máximo 6 horas após a abertura do chamado.
- 7.2.1.13.2.** A manutenção corretiva, realizada mediante chamado técnico, consiste na eliminação de eventuais falhas e/ou defeitos dos Equipamentos, compreendendo, inclusive. A substituição de peças ou componentes de qualquer natureza. Toda e qualquer manutenção realizada será de responsabilidade da CONTRATADA;
- 7.2.1.13.3.** Os serviços de manutenção corretiva, serão prestados sem solução de descontinuidade da operação dos equipamentos, em qualquer dia e hora que forem solicitados;
- 7.2.1.13.4.** Em nenhuma hipótese a manutenção corretiva deixará de ser executada, mesmo que o problema tenha sido causa do por falha humana ou de responsabilidade da CONTRATANTE;

8. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1.** Os materiais deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste termo, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor;
- 8.2.** A futura contratada se responsabilizará pela execução dos serviços a qual deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho e com ordem de serviço;
- 8.3.** Os serviços serão executados no prazo de 12 (doze) meses consecutivos, mediante solicitação do órgão com emissão da ordem de serviço, de acordo com as disposições constantes neste Projeto Básico.
- 8.4.** A prestação de serviço deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto licitado.
- 8.6.** Os órgãos demandantes não se obrigam a solicitar o prestação de serviço do(s) produto(s) registrado(s) na Ata de Registro de Preços, nem mesmo das quantidades indicadas nas planilhas,



podendo promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades, podendo ainda realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdades de condições e preços, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do Art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

9. ADESÃO

9.1. Durante sua vigência, esta Ata de Registro de Preços, desde que devidamente justificada, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, firmando-se o Termo de Anuência, conforme Anexo IX do Edital, parte integrante deste instrumento, observando-se que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder na totalidade do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, nos moldes do Decreto Municipal nº 16.613/2018.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de Adesão.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços- ARP, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do prestação de serviço decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ARP assumidas com o órgão gerenciador, Secretaria ou Autarquia Municipal.

9.4. As aquisições a que se refere esta cláusula não poderão exceder a totalidade dos quantitativos dos itens deste instrumento e registrados nesta ARP.

9.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ARP.

10.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidade decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação que rege as licitações, sendo assegurado ao beneficiário desta ARP à preferência de contratação em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. Ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, e art. 50 do Decreto Municipal e art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

10.2. A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;



III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

10.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do prestação de serviço ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

§ 2º - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

§ 3º - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 4º - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

10.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. DA RESCISÃO

11.1. A inexecução, total ou parcial, do Prestação de serviço, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa do Fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - O Fornecedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do prestação de serviço.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

13. DO GERENCIAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O Gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração- SEMAD, conforme determina o Decreto Municipal nº 19.274/2019.

13.2. O acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços serão realizados por servidor(es) designado(s) pelos órgãos partícipes, a quem caberá o recebimento do objeto e o atesto da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondente(s) ao prestação de serviço conforme as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Prestação de serviço, com renúncia expressa por qualquer outro.

14.2. E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro/SE, ____ de _____ de 2022.

Órgão gerenciador

Vera Lúcia de Oliveira
Secretária Municipal de Administração

De acordo:

Enock Luiz Ribeiro da Silva
Secretário Municipal da Saúde e Saneamento

Maria do Carmo Paiva da Silva
Secretária Municipal da Assistência Social

Josevanda Mendonça Franco



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Secretária Municipal de Educação

Bruno Henrique Santana Rezende
Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito

TESTEMUNHAS:

I - _____ CPF _____

II - _____ CPF _____



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Anexo I
REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata Registro de Preços, celebrada entre a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, através da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Órgão Gerenciador e demais participantes, e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº XX/2022/PMNSS/SRP/NS SOCORRO.

EMPRESA:					
CNPJ:				FONE/FAX:	
END.:				E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:					
ITEM	QTDE.	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR
.....					



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO VIII

MODELO TERMO DE ANUÊNCIA

Termo de anuência referente à Ata de Registro de Preços nº ____/2021, fruto do Pregão Eletrônico Nº XX/2022/PMNSS/SRP/PMNSS firmado entre a **O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE, através de sua Secretaria Municipal da Administração – SEMAD, neste ato representada pela Secretária Municipal, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, portadora do R. G. nº _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR e o Órgão Anuente** _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada _____ nº _____ Bairro _____ neste ato representada por _____, portador(a) de RG _____ e CPF nº _____, para adesão a Ata de Registro de Preços nº ____/____, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/____, que tem como objeto o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de Registro de Preço**, conforme quantitativos e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, cuja vigência se inicia em de _____ de 2022 e extingue-se em _____ de _____, responsabilizando-se pelo acompanhamento do prestação de serviço e demais incumbências pertinentes ao Processo.

As despesas decorrentes para deste Termo de Anuência correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	Projeto ou Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos

Na forma do que dispõem os Decretos Municipais nºs 509/2007, 16.613/2018, 17.350/2018 e 19.274/2019, o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, fica designado _____ inscrito no CPF nº _____ lotado no (a) _____, para acompanhar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Anuência.

Prazo de vigência da adesão: ____ de _____ de 2022 a ____ de _____ de 2023.

_____ (SE), ____ de _____ de 2022.

Órgão Gerenciador

Órgão Anuente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, do outro, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, decorrente do Pregão Eletrônico nº. __/2022/PMNS.

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, através de sua Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, _____, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, portadora do R. G. n.º _____ OU/A **Secretaria Municipal da Assistência Social - SEMAS**, através do **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, situada na _____, neste ato representado pela Secretária Municipal da Assistência Social, _____, CPF N.º _____, R.G n.º _____; **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento Básico - SEMUSA**, através do **Fundo Municipal da Saúde-FMS**, inscrita no CNPJ sob o nº nº 06.113.056/0001-39, situada na _____, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde e do Saneamento Básico, _____, CPF N.º _____, R.G n.º _____; **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.598.106/0001-27, situada na _____, neste ato representado pelo Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito, CPF nº _____, RG nº _____ SSP/SE), **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, situada na Rua Padre Manoel Gomes, s/n, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0010-49, neste ato representado pela Secretária Municipal da Educação _____, inscrita no CNPF/MF sob nº _____, portadora do R. G. n.º _____; **doravante denominada CONTRATANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, brasileiro(a), portador(a) do R. G. n.º _____, SSP/_____, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico nº XX/2022/PMNSS/SRP/PMNSS, têm entre si, ajustado o presente contrato de prestação de serviço com amparo na Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações, e 509/2007, 17.350/2018 e 19.768/2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA I – DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93)

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa comutado (STFC). Solução Integrada de Serviços de Telecomunicações englobando Serviço Telefônico nas modalidades Local, Distância e Distância Internacional, de (PABX). Serviço de convencionais e serviço não geográfico de DDG (0800), por meio de Registro de Preço.**

1.2. Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observados integralmente o Edital e seus anexos e a proposta elaborada pela CONTRATADA, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93)

2.1. A forma de execução deste instrumento é indireta, sob o regime por preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

3.1. Os serviços serão prestados pelo valor mensal de R\$ _____, perfazendo o valor global de R\$ _____, conforme preços constantes da proposta de preços ajustada em anexo, parte integrante deste instrumento.

3.2. Os pagamentos serão efetuados, por meio de crédito em conta corrente indicada pela contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do prestação de serviço/serviço, conforme disposto no Termo de Referência, anexo I do Edital, parte integrante deste instrumento. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de prestação de serviço/serviços, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da contratante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no com a validade expirada, aplicar-se-á o disposto na Resolução nº 300/2016/TCE/SE;

3.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

3.6. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram deste instrumento, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)

4.1. Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com índices oficiais do INPC, considerando a data base para cálculo de reajuste a data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93)

5.1. O Prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº. 8.666/93)

6.1. As despesas oriundas com o pagamento do referido objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

7.1. A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

7.1.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Projeto Básico, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas.



7.1.2. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pela CONTRATANTE.

7.1.3. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo consultor designado pela CONTRATADA.

7.1.4. Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como Fiscais do Contrato e realizar a gestão contratual através do servidor designado como Gestor do Contrato, que aplicará as sanções administrativas quando cabíveis, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

7.1.5. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme ad. 67 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

7.1.6. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, e no caso de cobrança indevida, a CONTRATANTE poderá glosar os valores que considerados em desacordo com o contrato. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

7.2. A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

7.2.2.1 - Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, além de aluguel de PABX, através de um Sistema Integrado de Telefonia;

7.2.2.1.2 - ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

7.2.2.1.2.1. - Correspondem a acessos ao STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) através de circuitos E1 com sinalização R2 Digital com 30 acessos simultâneos;

7.2.2.1.2.2. - Juntamente aos entroncamentos digitais deverão ser fornecidas faixas de ramais DDR - Discagem Direta a Ramal em módulos de 50 ramais.

7.2.2.1.2.3. - Estes entroncamentos digitais devem ser integrados entre si;

7.2.2.1.2.4. - Entende-se por integração a ligação gratuita a partir dos ramais associados entroncamentos digitais pertencentes ao grupo da PREFEITURA podendo ou não utilizar discagem abreviada depender dos recursos do PABX;

7.2.2.1.2.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de longa Distância Internacional originadas nos Entroncamentos digitais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas conforme preços da Tabela de Preços.

7.2.1.3 - REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DA REDE DE VOZ

7.2.1.3.1 - A PREFEITURA necessita contratar uma comunicação ágil, moderna e de baixo custo. Com esse objetivo, faz-se necessário aderir a ata de registro de preço para os serviços de STFC, conforme características abaixo.

7.2.1.3.2 - Definições Importantes:

7.2.1.3.2.1. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante do Planejamento Pública Federal indireta, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

7.2.1.3.2.2. Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais,

7.2.1.4. Destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

7.2.1.4.1. Área Local: Área geográfica continua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos. Onde e prestado o STFC na modalidade local.

7.2.1.4.2. Telefonia Local: Serviços de telecomunicações por meio do transmissão de voz e do outros sinais destinam-se a comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local.

7.2.1.4.5. Área da tarifação básica - ATB: Parte da área local dentro do qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços do sua escolha, sem valores adicionais para atendimento.



7.2.1.4.6. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: Empresa outorgada ou autorizada a prestar serviço telefônico fixa comutada nas modalidades local, nacional ou interacional.

7.2.1.4.7. Perfil do Tráfego: Quantitativo médio mensal estimado com minutos de ligações efetuadas em função do horário o das localidades do destino do maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

7.2.1.4.8. Distancia Geodésica: É a menor distancia entre dois pontos possíveis de serem percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distancia entro o Brasil e o Japão e uma linha reta, porem um avião não pede fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível do ser realizado é uma curva chamada geodésica.

7.2.1.4.9. Código de Área: identificação do uma área de numeração fechada de rede pública de telecomunicações ou de acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo o formato é {AB}. Exemplo: Estado de Sergipe – 79, Estado de Alagoas, – 82 Estado da Bahia - 71;

7.2.1.4.10. Índice de Serviços de Telecomunicações - IST: índice normatizado pela Resolução nº 420 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização dos valores associados a prestação de serviços de telecomunicações.

7.2.1.4.11. Discagem Direta Gratuita – DDG {0800}: Serviços de telecomunicações que permite o recebimento de chamadas com inversão de tarifação em o receptor e não o originador arcar com os .

7.2.1.4.12. Unidade do Resposta Audível - URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática das chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma. Através da interpretação automática das opções discadas pelo usuário chamador através do teclado do telefone.

7.2.1.5. CENTRAL TELEFÔNICA DO TIPO PABX

7.2.1.5.1. Locação de central telefônica do tipo PABX digital de comutação temporal CPCT / CPA-T, para aparelhos telefônicos analógicos e digitais, com instalação e manutenção, conforme as especificações contidas neste projeto:

- Tipos de PABX por quantidade de Links, Troncos e Ramais:

Tipo de PABX	Tronco Digital -R2D 30 canais	Ramais Analógicos	Ramal Digital
Avançado	01	50	04

* Os troncos digitais deverão ser bidirecionais, através do entroncamento digital R2D ou ISBN;

* As chamadas dentro da fila de espera deveram obedecer ao critério "FIFO"[First In, First Out} significa primeiro a entrar, primeiro a sair) refere-se a estruturas de dados do tipo fila.

* Não será permitida a interligação de mais de uma central para se chegar a esta capacidade indicada na tabela de características de PABX;

7.2.1.6. TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS CONVENCIONAIS

7.2.1.6.1. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital e seus anexos.

7.2.1.6.2. Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE conforme quantidades previstas neste edital o seus anexos.

7.2.1.6.3. Os Terminais Individuais Convencionais devem possuir as seguintes características mínimas:

7.2.1.6.4. Estas linhas visam a interligação de usuários individuais à rede pública de telefonia;

7.2.1.6.5. Ligações Locais, de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional originadas nos Terminais Fixos Individuais Convencionais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis da PREFEITURA e dos demais assinantes serão tarifadas.

7.2.1.7. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LOCAL

7.2.1.7.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado {STFC - LOCAL}. Que é constituído por ligações locais do tipo fixo-fixo o fixo móvel, será tarifado conforme detalhado na tabela de preço;

7.2.1.8. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL.



7.2.1.8.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC - LDN) devesse possuir as seguintes características:

7.2.1.8.2. Ligações originadas de telefones fixos para telefones fixos ou móveis em todo o território nacional até para outros países.

7.2.1.8.3. Serviço executado predominantemente nos dias úteis, no horário de 08h às 18h.

7.2.1.9. - SERVIÇO DE 0800

7.2.1.9.1. Contratação da prestação do serviço de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais,

7.2.1.9.2. Contratação da prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC, na modalidade DDG - Discagem Direta Gratuita, utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reverso, para possibilitar o recebimento de ligações telefônicas locais fixo ou interurbanas (fixo-interestadual) destinadas ao serviço de teleatendimento da CONTRATANTE. O valor mensal, correspondente à minutagem. Será pago à CONTRATADA na conformidade das ligações efetivamente recebidas pela CONTRATADA;

7.2.1.9.3. Estimativa do tráfego em 30.000 minutos/mês, sendo pagas, exclusivamente, as ligações efetivamente recebidas;

7.2.1.9.4. As ligações serão recebidas 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 07 (sete) dias por semana todos os dias do mês, devendo ser assegurado um nível de disponibilidade de 99,98%, tempo máximo de reparo em 08 (oito) horas desde que haja o redirecionamento das chamadas realizadas para o número 0800 ou assistência técnica

7.2.1.9.5. Disponível através do número 0800 abrangência intra-estadual Prazo de 60 sessenta dias para implantação.

7.2.1.9.6. Restrição de área de abrangência - Permitindo à CONTRATANTE restringir as áreas para as quais não deseja receber chamadas (restringir as áreas das quais não poderão ser recebidas, chamadas podendo os usuários originadores destas ligações. Receber as mensagens gravadas com as informações pertinentes).

7.2.1.9.7. Restrição de celular - Permitindo à CONTRATANTE restringir as chamadas originadas em terminais móveis;

7.2.1.9.8. Restrições de acesso por telefone de uso público - Permitindo à CONTRATANTE restringir as chamadas originadas de telefone público;

7.2.1.9.9. Reencaminhamento de chamadas CO, LO e/ou NR • Permitindo à CONTRATANTE que em caso de Congestionamento (CO), Linha Ocupada {LO} ou Não Responde (NR), as chamadas sejam direcionadas para outro ponto de atendimento.

7.2.1.9.10. Identificação do número originador da chamada (identifica o número da chamada realizada na forma DDD + prefixo + MCDU - milhar, centena, dezena e unidade).

7.2.1.9.11. Mensagens padronizadas (apresentam informações aos usuários que ligam para o 0800, antes que a ligação seja atendida pela CONTRATANTE, como por exemplo, horário de atendimento).

7.2.1.9.12. Agendamento por horário. Data, origem e dia da semana: permita à CONTRATANTE definir o local do atendimento das chamadas em função da hora. Data, origem da ligação ou dia da semana.

7.2.1.10. - NÍVEIS DE SERVIÇOS

7.2.1.10.1. A perda de chamadas na central de atendimento da CONTRATANTE deve ser inferior a 5% (cinco por cento) quando o tráfego não ultrapassar o valor máximo de tráfego permitido na "Hora do Maior Movimento - HMM".

7.2.1.10.2. Entende-se, perda de chamadas como a soma de Linha Ocupada (LO), Não Responde (NR) ou Congestionamento (CO).

7.2.1.10.3. Deve ser considerado o valor máximo de tráfego permitido na 'Hora de Maior Movimento - HMM' como a soma do tráfego estipulado para o serviço DDG 0800 com o valor do tráfego local.

7.2.1.10.4. Caso esse nível de serviço para a central de atendimento não seja verificado. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE sobre a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento do 0800.

7.2.1.10.5. O serviço de telefonia deverá estar de acordo com as normas da ANATEL.

7.2.1.10.6. O encaminhamento das chamadas deverá ser feito da maneira que o usuário receba sinais audíveis, facilmente identificáveis e com significados nacionalmente padronizados pela ANATEL.



7.2.1.10.7. As ligações deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão. Em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, na ordem do 1% (um por cento).

7.2.1.10.8. O atendimento das solicitações de reparo deverá se dá em até 8 (oito) horas. Contadas a partir de sua solicitação.

7.2.1.11. FACILIDADES FUNCIONAIS OBRIGATORIAS

7.2.1.11.1. Todas as facilidades do sistema deverão ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, com exceção das facilidades exclusivas dos ramais digitais;

7.2.1.11.2. Permitir Discagem Direta ao Ramal (DDR), conforme Prática ANATEL 220.600.725;

7.2.1.11.3. Para as chamadas em espera, os sistemas CPCTs deverão ter condições de enviar música e mensagens orientativas;

7.2.1.11.4. Permitir bloqueio de chamadas a cobrar DDC e DLC por ramais;

7.2.1.11.5. Possuir Siga-me externo;

7.2.1.11.6. Permitir Bloqueio de chamadas DDD, DDI, 0900,900,0300 e celular por ramais;

7.2.1.11.7. Permitir Captura de chamadas nos ramais individuais e em grupo;

7.2.1.11.8. O sistema deve suportar a função BINA;

7.2.1.11.9. Permitir Consulta e transferida;

7.2.1.11.10. Permitir Re-chamada;

7.2.1.11.11. Permitir Desvio de ramal;

7.2.1.11.12. Permitir Intercalação de chamadas programáveis;

7.2.1.11.13. Possuir Cadeado eletrônico;

7.2.1.11.14. A facilidade de conferência deve suportar 04 grupos com até 08 participantes por grupo;

7.2.1.11.15. Possuir Correio de voz;

7.2.1.11.16. Permitir Plano de numeração flexível;

7.2.1.11.17. A CPCT deve suportar que Bilhetagem automática das chamadas a através de porta RS232 e através de porta Ethernet integrada, não sendo aceito nenhum tipo de adaptadores;

7.2.1.11.18. Possuir função Chefe - secretária;

7.2.1.11.19. Permitir Retenção e estacionamento das chamadas;

7.2.1.11.20. Possuir a função Siga-me por não atender ou por ocupado;

7.2.1.11.21. Permitir a formação de grupos de atendimento;

7.2.1.11.22. Todas as CPCT ofertadas deverão ser do mesmo fabricante e possuir o mesmo sistema operacional, plataforma, e ser da mesma 'família.

7.2.1.12. TRAFEGO I ENTRONCAMENTO:

7.2.1.12.1. O entroncamento entre os sistemas com a rede pública, deverá ser através de Juntores Digitais Bidirecionais {30 canais}. Com sinalização R20;

7.2.1.13. REQUISITOS MÍNIMOS DE OPERAÇÃO:

7.2.1.13.1. A manutenção corretiva deverá ser realizada em no máximo 6 horas após a abertura do chamado.

7.2.1.13.2. A manutenção corretiva, realizada mediante chamado técnico, consiste na eliminação de eventuais falhas e/ou defeitos dos Equipamentos, compreendendo, inclusive. A substituição de peças ou componentes de qualquer natureza. Toda e qualquer manutenção realizada será de responsabilidade da CONTRATADA;

7.2.1.13.3. Os serviços de manutenção corretiva, serão prestados sem solução de descontinuidade da operação dos equipamentos, em qualquer dia e hora que forem solicitados;

7.2.1.13.4. Em nenhuma hipótese a manutenção corretiva deixará de ser executada, mesmo que o problema tenha sido causa do por falha humana ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS E PENALIDADES (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

8.1. Ao atraso no cumprimento de qualquer obrigação assumida, será aplicada multa de 01% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, e em caso de descumprimento de cada um dos prazos parciais previstos no cronograma físico-financeiro, e desde que a motivo do atraso tenha sido por culpa exclusiva da Contratada, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela fiscalização da



Contratante. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos será considerado como inexecução total do contrato.

8.2. A multa prevista no item anterior será deduzida dos pagamentos a serem efetuados à Contratada, sendo restituída na hipótese de ocorrer a recuperação dos atrasos verificados.

8.3. Caberá, ainda, a aplicação dessa multa nos seguintes casos:

8.3.1. Não executar as obras de acordo com o projeto, especificação e normas técnicas vigentes;

8.3.2. Dificultar os trabalhos de fiscalização dos mesmos;

8.3.3. Por transferência de Contrato, a Contratada fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor deste Termo se o transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante.

8.4. Serão considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega da obra contratada decorrer de:

8.4.1. Período excepcional de chuva;

8.4.2. Ordem escrita para paralisar ou restringir a execução dos trabalhos, de interesse da Contratante;

8.4.3. Falta de elemento técnico, quando o prestação de serviço deles couber à Contratante.

8.5. No caso de ficar comprovada a existência de irregularidades ou ocorrer inadimplemento contratual que possa ser responsabilizada a Contratada, e, ainda, em caso de inexecução, total ou parcial, do contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

8.5.1. Advertência;

8.5.2. Multa de 1,0% (um virgula zero por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na obra;

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.5.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

8.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.5.6. Nas mesmas penalidades incorrerá o adjudicatário que não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, conforme estabelece o art. 64 da Lei nº. 8.666/93. O valor da multa, neste caso, será de 10% (dez por cento) do valor adjudicado.

8.5.7. A inexecução total ou parcial das obras objeto desta Licitação ensejará sua rescisão, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93)

9.1. A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

9.2. Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93)

10.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

11.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.



11.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

12.1. Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 fica designado o servidor _____ - CPF nº. _____, lotado na _____ deste Órgão, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

12.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

12.4. Correrão por conta da Contratada os tributos incidentes sobre as faturas a serem pagas, assim como as contribuições devidas ao INSS, bem como serão de sua exclusiva responsabilidade as obrigações ou encargos trabalhistas, da Previdência Social, de seguros com referência ao pessoal empregado, contratado ou que prestar qualquer serviço ou fiscalização dos serviços decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93).

13.1. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra "a" e "b", da Lei 8.666/93, com alterações posteriores;

13.2. Os serviços deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste termo, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor;

13.3. A futura contratada se responsabilizará pela execução dos serviços a qual deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho e com ordem de serviço;

13.4. Os serviços serão executados no prazo de 12 (doze) meses consecutivos, mediante solicitação do órgão com emissão da ordem de serviço, de acordo com as disposições constantes neste Projeto Básico.

13.5. A prestação de serviço deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRAZOS E ATENDIMENTO

14.1. As solicitações relativas aos serviços de voz deverão, obrigatoriamente, obedecer a prática do mercado, ou seja, serem atendidas com observância aos prazos regulatórios definidos pela ANATEL, prazos máximos de ativação dos serviços.

Solicitação	Prazo máximo
Ativação e Mudança de Endereço de Entroncamentos Digitais	60 dias
Ativação e Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais	30 dias
Ativação e Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais	30 dias

14.2. Prazos máximos de conclusão dos reparos;



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Solicitação	Prazo máximo
Reparo de Entroncamentos Digitais	6 horas
Reparo de Terminais Fixos Individuais Especiais	24 horas
Reparo de Terminais Fixos Individuais Convencionais	24 horas

14.3. Os prazos serão contados a partir do recebimento pela CONTRATADA do comunicado oficial emitido pelo Gestor do Contrato, através de fax, e-mail ou outra forma que venha a ser convenionada entre os gestores da CONTRATADA e do CONTRATANTE.

14.4. As eventuais mudanças de endereço dos ramais fixos dentro da Área da Tarifação Básica {ATB} deverão ser executadas pelo fornecedor do serviço, compreendendo inclusive os serviços de rode externa eventualmente necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro/SE, ____ de _____ de 2022.

O Município de Nossa Senhora do Socorro
Contratante

(EMPRESA VENCEDORA)
Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

(NOME DO RESP LEGAL)
(CARGO/FUNÇÃO)

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____